



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI COMPLEMENTAR nº 228, de 17 de setembro de 1.998.**

Dispõe sobre criação de Secretaria na estrutura administrativa do Poder Executivo

O Prefeito do Município de Leme.  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

**CAPITULO I**

**Da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil**

**Art. 1º.** Fica criada, dentro da estrutura administrativa do Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil, e o correspondente cargo de Secretário Municipal, a qual será integrada pelos seguintes órgãos:

1. Guarda Municipal de Leme - G.M.L.
  - 1.1. Setor de Administração;
  - 1.2. Setor Operacional;
2. Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC
3. Divisão Municipal de Trânsito - DIMUTRAN
  - 3.1. Setor de Trânsito ( Engenharia/ Sinalização/Educação e Segurança de Trânsito)
  - 3.2. Setor de Processamento e Arrecadação de Multas
  - 3.3. Setor de Atendimento ao Público e Prestação de Serviços
  - 3.4. Setor de Registro/Licenciamento e Vistoria de Veículos
  - 3.5. Setor de Fiscalização/Autuação e Aplicação de Penalidades.

**Parágrafo 1º.** A remuneração do cargo de Secretário Municipal, criado pelo "caput" deste artigo, bem como a sua forma de provimento, as competências do seu ocupante e os benefícios e vantagens que lhe são assegurados, serão regidos pelas disposições legais vigentes.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Parágrafo 2º.** Fica autorizado o remanejamento de pessoal para atender a estrutura prevista neste artigo.

**CAPITULO II**  
**Da competência de seus órgãos**

**Art. 2º.** A Guarda Municipal de Leme é o órgão competente para o exercício das atribuições previstas pela Lei Complementar nº 203, de 10/07/97, cujas atividades administrativas e operacionais ficarão incumbidos, respectivamente, os Setores indicados pelos itens 1.1. e 1.2. do artigo supra.

**Art. 3º.** A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC-, é o órgão incumbido das ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar situações de desastres e seus eventuais danos à população atingida, zelando pelo bem-estar das pessoas e das áreas afetadas por calamidades públicas e pelo reestabelecimento da normalidade social, a ser organizada e regulamentada por decreto do Prefeito Municipal.

**Parágrafo 1º.** A Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC- será constituída por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por entidades públicas e privadas, organizações não governamentais, clubes de serviço, associações diversas e pela comunidade, e será dirigida pela Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil.

**Parágrafo 2º.** Para a consecução das finalidades da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC -, o Poder Executivo poderá firmar acordos, contratos e convênios com entidades públicas de outros Municípios, do Estado e da União.

**Art. 4º.** A Divisão Municipal de Trânsito - DIMUTRAN - é o órgão executivo de trânsito competente para o exercício das atribuições previstas pelo Código Nacional de Trânsito - Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1.997.

**Parágrafo único.** A Divisão Municipal de Trânsito, para desenvolver as suas competências, deverá integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 5º.** A Divisão Municipal de Trânsito atuará em todo o território do Município, incumbindo aos diversos Setores que a compõem, dentro das respectivas áreas de competência:

I - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

II - promover a execução de atividades destinadas a garantir a circulação de pessoas, veículos, animais e mercadorias no território do Município, dentro de condições adequadas de fluidez, segurança, acessibilidade e qualidade de vida;

III - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

IV - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário em todo o território do Município;

V - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

VI - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VII - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro no exercício regular do poder de polícia de trânsito;

VIII - aprovar a afixação de publicidade, legendas ou símbolos ao longo das vias sob a circunscrição do Município, determinando a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade e a segurança, com ônus para quem o tenha colocado;

IX - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multas por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

X - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

XI - fiscalizar o cumprimento da norma contida no artigo 95 do Código de Trânsito Brasileiro relativa a obra e eventos, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

XII - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XIII - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos, animais e objetos e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XIV - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XV - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XVI - implantar as medidas da Política Nacional e do Programa Nacional de Trânsito;

XVII - fornecer, mensalmente, em caráter obrigatório, ao órgão de trânsito do Governo Federal, dados estatísticos para a organização da estatística geral de trânsito no território nacional;

XVIII - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XIX - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

XX - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XXI - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XXII - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XXIII - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no artigo 66 do Código de Trânsito Brasileiro, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXIV - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXV - autorizar a utilização de vias municipais, sua interdição parcial ou total, permanente ou temporária, bem como estabelecer desvios ou alterações do tráfego de veículos e regulamentar velocidades superiores ou inferiores às estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro;

XXVI - regulamentar e fiscalizar as operações de carga e descarga de mercadoria;

XXVII - propor e implantar políticas de educação para a segurança do trânsito, bem como articular-se com órgão de educação da Prefeitura para o estabelecimento de coordenação educacional em matéria de trânsito.

**Parágrafo único** - O Município poderá celebrar convênios com instituições públicas para delegação de atribuições, com vistas à maior eficiência e segurança no trânsito, bem como para a capacitação técnica, assessoria e monitoramento das atividades relativas ao trânsito, com ressarcimento dos custos.

**Art. 6º.** Compete ao Chefe da DIMUTRAN:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

- I - Superintender, orientar e coordenar as atividades realizadas pelos vários setores vinculados à Divisão de Trânsito;
- II - Promover a articulação e a integração da unidade com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;
- III - Solicitar recursos ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito, para os fins previstos no artigo 18 desta Lei;
- IV - Julgar a consistência dos autos de infração e aplicar, na qualidade de autoridade de trânsito, as penalidades e as medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei Federal nº 9.503/97) ou na presente Lei.
- V- Determinar a notificação do infrator (art.282 do CTB);
- VI- Remeter os recursos interpostos contra penalidades aplicadas à JARI, que deverá julgá-los em até trinta dias (art.285 a 287 do CTB);
- VII - Recorrer das decisões de provimento da JARI, quanto aos recursos acima mencionados, na forma e prazos previstos no artigo 288 e seguintes do Código de Trânsito.

**Art. 7º.** Ficam credenciados, como agentes da autoridade de trânsito, para o exercício das atividades de fiscalização, autuação, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento, no Município de Leme, todos os servidores pertencentes ao Quadro da Guarda Municipal.

**Art. 8º.** Os projetos de edificação, as obras ou os eventos, que possam transformar-se em polo atrativo de trânsito ou que possam perturbar ou interromper a livre circulação de veículos ou pedestres, ou colocar em risco a sua segurança, deverão ser submetidos à permissão prévia da DIMUTRAN, em obediência às normas previstas nos artigos 93 a 95 da Lei Federal nº 9.503/97.

**Parágrafo único.** As Secretarias Municipais competentes pela aprovação dos mencionados projetos deverão encaminhá-los ao DIMUTRAN para os fins previstos no "caput" deste artigo, ficando as pessoas responsáveis por sua inobservância sujeitas às sanções legais cabíveis.

**CAPITULO III**  
**Da JARI MUNICIPAL - Junta Administrativa de**  
**Recursos de Infrações**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 9º.** Fica o Prefeito Municipal autorizado a criar a JARI MUNICIPAL- Junta Administrativa de Recursos de Infrações, órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra penalidades impostas pela DIMUTRAN, competindo-lhe basicamente:

- I - julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
- III - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

**Art. 10.** A JARI MUNICIPAL -Junta Administrativa de Recursos de Infrações- será composta por 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, e contará com um secretário para o desempenho das funções auxiliares, todos nomeados pelo Prefeito Municipal através de Portaria.

**Parágrafo único.** O exercício do mandato dos membros que comporão a JARI MUNICIPAL será de dois anos, a contar da nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

**Art. 11.** A JARI MUNICIPAL terá regimento interno próprio, baixado pelo Prefeito Municipal, observadas as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito, e funcionará junto à Divisão Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Defesa Civil.

**Parágrafo único.** Para o pleno desenvolvimento das tarefas atribuídas pela legislação de trânsito, A JARI MUNICIPAL terá o apoio administrativo e financeiro da Prefeitura de Leme.

**CAPITULO IV**  
**Do Atendimento ao Cidadão**

**Art. 12.** A DIMUTRAN, através do Setor de Atendimento ao Público, receberá as solicitações formuladas, por escrito, pelos cidadãos, no que tange à sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, bem como as que sugerirem alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes ao trânsito.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Parágrafo único.** As solicitações de que trata este artigo deverão ser respondidas, por escrito, pela DIMUTRAN, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, sobre a possibilidade ou não do atendimento, e, se for o caso, informando quando o pedido será atendido.

**CAPITULO V**  
**Da Educação para o Trânsito**

**Art. 13.** A Prefeitura Municipal, através da DIMUTRAN, promoverá campanhas de educação para o trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito e de acordo com as peculiaridades locais.

**Art. 14.** A educação para o trânsito será promovida nos estabelecimentos de ensino de responsabilidade do Município, em articulação com o Estado e com o Governo Federal.

**Art. 15.** A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Saúde e da DIMUTRAN - Divisão Municipal de Trânsito, deverá participar de campanhas do Ministério da Saúde, esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito, bem como de programas destinados à prevenção de acidentes.

**CAPITULO VI**  
**Da Receita das Multas**

**Art. 16.** A receita arrecadada pela Prefeitura com a cobrança de multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

**Parágrafo único.** O percentual de 5% (cinco por cento) do valor das multas de que trata este artigo será depositado, mensalmente, pela Prefeitura, na conta do FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito, gerido pelo DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito, assim como o produto da arrecadação de juros de mora e atualização monetária incidentes sobre o valor das multas no percentual previsto neste parágrafo.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**CAPITULO VII**  
**Disposições Finais**

**Art. 17.** Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no montante de até R\$100.000,00 (cem mil reais), para atender às despesas decorrentes de aplicação desta lei.

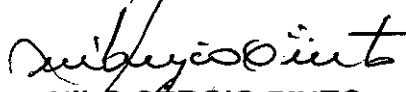
**Art. 18.** Sempre que necessário, o Chefe da Divisão Municipal de Trânsito deverá solicitar recursos ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação em projetos destinados à prevenção de acidentes, provenientes do Prêmio de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, a cargo do Coordenador.

**Art. 19.** Fica extinto o Setor de Trânsito da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, cujas atividades já encontram-se absorvidas nas competências e atribuições da DIMUTRAN.

**Art. 20.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 21.** Revogam-se as disposições em contrário.

Leme, 17 de setembro de 1.998.

  
**NILO SÉRGIO PINTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**